

“A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA AGILIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL”

Renato Luís Benucci (*)

1. INTRODUÇÃO: A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

É fato incontroverso a profunda transformação vivenciada pela sociedade contemporânea. Testemunhamos o surgimento de uma nova era, propiciada pelos avanços tecnológicos e científicos, que vêm modificando de modo significativo a vida em nosso planeta. Este novo momento histórico revela-se através do advento da denominada *sociedade da informação*, na qual a tecnologia deixa de ser exclusividade das universidades e dos centros científicos, passando a fazer parte do cotidiano dos indivíduos, em razão do aumento substancial do acesso aos computadores e da disseminação do uso da informática(1).

A *sociedade da informação* gerou uma mudança de padrão em relação aos clássicos modelos de aferição da riqueza – como o acúmulo de terras ou dos meios de produção – passando a ser valorizado o acesso às fontes de matéria-prima e de trabalho, às tecnologias de produção e ao mercado consumidor, ou seja, à própria informação(2).

É desnecessário professar os inúmeros avanços que a informática trouxe para a vida moderna, em todos os campos do conhecimento humano. A educação à distância, o acesso imediato a informações complexas, a videoconferência, a agilidade do correio eletrônico, são exemplos das melhorias originadas pelo novo paradigma tecnológico(3).

Todavia, não se pode incorrer no erro de idealizar a *sociedade da informação*, entendendo que este é o caminho inexorável que levará o homem ao bem-estar, à harmonia com a natureza, à solidariedade, e à autodisciplina(4). Os inquestionáveis avanços advindos deste novo modelo não devem ofuscar a visão dos desafios dele decorrentes.

Entre os desafios mais evidentes a serem enfrentados pela *sociedade da informação* estão: o desemprego, o aprofundamento das desigualdades sociais (com o denominado *apartheid* (5) digital), a perda de privacidade, além da ampliação do controle sobre o indivíduo (6). Numa sociedade globalizada, as forças excludentes ocorrem tanto em nível local como em nível global, exigindo ações que promovam o acesso amplo de todos aos benefícios do novo paradigma.

Uma das características principais da *sociedade da informação* é a velocidade, que possibilita a circulação de informações pelo planeta em tempo real, bem como a tomada de decisões com agilidade e confiabilidade. Esta

velocidade impulsiona transformações, que ocorrem mais rapidamente do que nossa habilidade em assimilá-las. Esta incapacidade de captar, interpretar e sistematizar os fatos sociais da realidade, na sua integralidade, reflete-se também no campo jurídico.

Neste contexto, onde a *sociedade da informação* dá feições completamente distintas às relações humanas – com novas espécies de interesses e comportamentos humanos, que, por sua vez, são geradores de novos tipos de conflitos – é imperativo adequar e atualizar o papel do direito como regulador do comportamento humano.

2. A INTERAÇÃO ENTRE O DIREITO E A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Como mediador dessa nova ordem de relações jurídicas, cabe ao direito a aproximação com as tecnologias da informação sob duas perspectivas distintas. Sob perspectiva inicial, cabe ao direito regulamentar todo este novo conjunto de situações e relações jurídicas inéditas decorrentes da utilização da informática, encontrando parâmetros para sua normatização.

Estas novas situações jurídicas vivenciadas pela *sociedade da informação*, com o surgimento de novas condutas sociais, atingiram tal magnitude, que a doutrina passou a conceber uma nova disciplina jurídica, com autonomia científica, cuja função precípua é sistematizar e regular estas novas relações jurídicas decorrentes da utilização da tecnologia de informação. Esta nova disciplina jurídica, que vem sendo denominada de *Direito da Informática* ou *Direito Informático*, pode ser definida como o *conjunto de relações jurídicas decorrentes da aplicação e desenvolvimento da informática, como o comércio eletrônico, as relações surgidas com a criação, uso, alteração e reprodução de softwares, e das relações humanas realizadas em redes* (7), e tem por objetivo proporcionar respostas para todas as questões derivadas da nova realidade social, como a responsabilidade por dano na *Internet*, o comércio eletrônico, a definição dos direitos e deveres das partes decorrentes dos novos contratos utilizados na *world wide web* (8) (como contrato de acesso, ou a venda de produtos ofertados pela *Internet*), a publicidade veiculada pela rede, o direito à privacidade no ambiente virtual, os crimes praticados no ciberespaço (como as fraudes provocadas por manipulação de dados e programas, a apropriação indébita, o estelionato), a questão relativa aos direitos autorais, entre outras. (9)

2.1. A tecnologia da informação e a distribuição da justiça

Um dos aspectos importantes desta interação entre o direito e a tecnologia da informação é o emprego desta em prol de uma distribuição efetiva e célere da justiça. Aqui não se está a falar do direito estabelecendo regras e influenciando sobre a tecnologia, mas sim da tecnologia influenciando sobre o direito, aprimorando-o.

De fato, as novas tecnologias ligadas à eletrônica, à informática e às telecomunicações, com a disponibilização de poderosos bancos de dados e com a possibilidade de transmissão remota de imagens, sons e dados, são instrumentos potencialmente eficientes para a otimização do serviço jurisdicional, reduzindo a demora na apreciação de processos judiciais, e trazendo uma perspectiva inteiramente nova para o conservador universo dos tribunais.

Com efeito, a demora na prestação jurisdicional é um dos principais fatores de descrédito do Poder Judiciário brasileiro, contribuindo de forma significativa para arrastar sua legitimidade. O tempo, como esclarece Cândido Rangel Dinamarco, é *inimigo declarado e incansável do processo*. (10)

A duração demasiadamente longa dos processos é uma das grandes preocupações dos juristas contemporâneos (11), e apontada como uma das principais barreiras a impedir a tão decantada *efetividade processual*, representando verdadeiro ônus a solapar o prestígio das instituições judiciárias.

Esta morosidade na tramitação de processos judiciais, não é recente na história do direito (12). Porém, o advento da *sociedade da informação* - com a possibilidade de realização de negócios jurídicos em tempo real, em contraste com a exasperante lentidão do processo judicial - ressaltou ainda mais o problema.

A opção de alterações no estatuto processual civil tem se mostrado pouco eficaz para solucionar o problema da lentidão na tramitação e na apreciação dos processos judiciais. Embora o Brasil careça de estudos estatísticos na área judiciária, tal conclusão pode ser obtida a partir da observação do tempo médio de tramitação dos processos nos vários tribunais do país, que não sofreu qualquer alteração significativa. Constantes alterações legislativas, em busca de agilidade processual, podem conduzir à fragilização de princípios e garantias processuais fundamentais, assegurados constitucionalmente, e que legitimam o processo como meio democrático para a solução das lides. (13)

Não se pode olvidar que existe um período de tempo necessário e natural para que toda lide chegue a seu termo. O processo, como afirma Moniz de Aragão, *tem seu período de maturação até chegar ao seu termo*. (...) *O processo deve respeitar o prazo de evolução* (14), pena de, no afã de imprimir rápida solução aos litígios, subverter princípios processuais constitucionais, em especial os princípios do contraditório e da ampla defesa (15).

Existem limites para a agilização da resposta processual estatal através de alteração de ritos processuais e da ênfase à cognição sumária (16). Neste sentido, a abordagem do grave problema da lentidão

processual deve considerar a perspectiva da utilização da tecnologia da informação, que é capaz de proporcionar soluções de real alcance prático, que conferem maior celeridade processual, sem qualquer risco de comprometimento das garantias processuais do devido processo legal.

A solução do problema da morosidade judicial exigirá criatividade e empenho. Neste sentido, uma das alternativas mais auspiciosas no campo da celeridade processual consubstancia-se no uso da tecnologia para reduzir o tempo de tramitação dos processos. De fato, a tecnologia da informação, devidamente adaptada às peculiaridades do serviço de prestação jurisdicional, pode ser utilizada como um extraordinário instrumento de efetividade do processo, proporcionando a realização de atos processuais com maior rapidez, segurança e economia.

O mundo jurídico, de forma geral, e a prestação jurisdicional, em particular, não podem ficar alheios às transformações e aos avanços obtidos pela tecnologia da informação, sob pena desta tornar-se um mecanismo obsoleto de pacificação social (17).

2.2. A validade jurídica dos atos processuais em meio eletrônico

À medida que se admite a utilização da tecnologia da informação no processo judicial, com a realização de atos processuais em meio eletrônico, quer sejam originados pelas partes (como o peticionamento eletrônico), quer sejam provenientes dos órgãos jurisdicionais (como a intimação eletrônica), urge discutir os requisitos necessários para conferir validade a tais atos.

De fato, a validade de quaisquer atos jurídicos realizados por meio eletrônico, inclusive os atos processuais, dependem do atendimento a requisitos de segurança que garantam: que o ato proceda daquele que afirma tê-lo produzido (a autenticidade, conceito que Moacyr Amaral Santos define como *a certeza de que o documento provém do autor nele indicado* (18); e que o conteúdo do ato não tenha sido alterado durante a transmissão (a integridade).

A validade dos atos jurídicos realizados eletronicamente dependem, portanto, da definição de uma relação segura entre o sujeito que produziu o ato jurídico por meio eletrônico e o ato produzido, além da garantia de inviolabilidade do conteúdo.

Isto ocorre em razão da ausência de caráter pessoal do ato jurídico realizado eletronicamente. Para lhe conferir tal pessoalidade, a comunicação por meio eletrônico depende de componentes extrajurídicos, ou seja, de técnicas científicas capazes de prover os requisitos de segurança para a transmissão confiável de atos em meio eletrônico.

Tais técnicas são variadas e estão em constante evolução. As mais destacadas são as técnicas criptográficas, que no atual nível de desenvolvimento tecnológico, garantem a validade jurídica dos atos praticados em meio eletrônico, ou seja, sua autenticidade e integridade.

2.2.1. A criptografia como garantia da validade dos atos realizados em meio eletrônico

Criptografia é o conjunto de princípios e técnicas empregado para cifrar a escrita, e torná-la ininteligível para os que não tenham acesso às convenções combinadas (19). Sua origem está relacionada com a necessidade da privacidade nas comunicações. É uma técnica conhecida desde a antiguidade, onde servia principalmente a propósitos estratégicos e militares (20). Através da criptografia, é possível o envio de mensagens incompreensíveis para qualquer terceiro que desconheça o critério para decifrar o texto (a senha ou chave).

A segurança proporcionada pelas técnicas criptográficas foi sensivelmente ampliada a partir da introdução, em 1976 (21), do conceito de *criptografia assimétrica*, tornando possível a equiparação, para fins jurídicos, do ato praticado em meio eletrônico ao ato praticado através da comunicação convencional, pois fornece os requisitos de segurança necessários para proporcionar validade jurídica, ou seja: a certeza de que o ato tem procedência naquele que afirma tê-lo produzido, garantindo assim a autoria, e também que o conteúdo do ato não tenha sido alterado.

A *criptografia assimétrica*, ao contrário da *criptografia simétrica* ou *convencional* - que utiliza a mesma chave tanto para cifrar como para decifrar a mensagem - emprega a técnica de chaves complementares, ou seja, são duas as chaves geradas pelo computador: uma é utilizada para codificar os dados e a outra é usada para decodificar.

Uma destas chaves é a denominada *chave pública*, caracterizada por ser de conhecimento público e livremente distribuída, e a outra é a *chave privada*, que é de conhecimento restrito, e deve ser mantida em sigilo pelo usuário. Tais chaves são dois números distintos que se relacionam de tal modo que, utilizando uma mesma fórmula, uma codifica e a outra decodifica o conteúdo da declaração.

O grande diferencial da criptografia assimétrica é que uma mensagem criptografada com uma das chaves não pode ser decifrada com a mesma chave, pois a fórmula matemática utilizada é de mão única, ou seja, não tem retorno. Apenas com o uso da chave privada poderemos decifrar a mensagem que foi codificada com a chave pública, e o que foi codificado com a chave privada apenas poderá ser decifrado com a chave pública.

2.2.2. A assinatura digital

As características da criptografia assimétrica permitem conferir personalidade às mensagens geradas por meio eletrônico, ou seja, é possível gerar *assinaturas digitais*. De fato como tal técnica permite, com alto grau de certeza, a identificação do sujeito que realizou determinada declaração por meio eletrônico, pode-se conceituar esta técnica de identificação da autoria de uma declaração digital como sendo uma *assinatura digital* (22).

O conceito de *assinatura digital* foi deduzido pela semelhança de finalidade com a assinatura convencional manuscrita, ou seja, a identificação da autoria de alguma declaração.

Tecnicamente, a *assinatura digital* é feita através do uso da *chave privada*, que, como denota a própria denominação, é reservada e de uso estritamente pessoal. Assinada uma declaração por meio eletrônico, é possível para qualquer pessoa identificar a autoria da declaração realizada eletronicamente, com o uso da chave pública.

Além disso, existe uma vinculação da *assinatura digital* ao texto assinado, de tal sorte que ela só será válida para um específico texto produzido eletronicamente, impossibilitando qualquer mudança de conteúdo sem a invalidação da *assinatura digital*. Isto não quer dizer, entretanto, que o texto em forma eletrônica não possa mais ser alterado. A impossibilidade da mudança consiste na descaracterização da *assinatura digital* por qualquer mínima alteração de texto (que pode ser um simples espaço entre duas palavras), não mais permitindo a identificação da autoria pela chave pública, tornando-se, portanto, uma mensagem apócrifa.

Questão fundamental a considerar quanto ao uso da criptografia assimétrica é a autenticidade da chave pública, ou seja, a certeza da autoria de determinada declaração em meio eletrônico decorre da autenticidade da chave pública. Sem um controle adequado sobre as chaves em circulação, qualquer pessoa poderia gerar um par de chaves assimétricas, atribuindo falsamente a titularidade a qualquer outra pessoa (23).

Assim, se é fato que a autenticidade de uma declaração eletrônica é conferida sem dificuldades através do uso da chave pública, inexiste um vínculo entre o par de chaves e a pessoa do usuário, o que gera a necessidade de se conferir autenticidade à própria chave pública.

Este problema da autenticidade da chave pública resolve-se com a figura das *autoridades certificadoras*, entidades que garantem a autenticidade subjetiva da declaração, ou seja, garantem que a pessoa que aparece como titular de uma chave pública é a mesma que assinou o documento através da chave privada (24). O *certificado digital* é a garantia fornecida pela autoridade certificadora de que a pessoa que se apresenta como titular de uma chave pública é quem diz ser, ou seja, o *certificado digital* comprova a identidade do titular da chave pública.

2.3. Modelos de regulamentação da validade jurídica dos atos praticados em meio eletrônico

Condição indispensável para o desenvolvimento desta nova realidade tecnológica é a definição de um quadro normativo e técnico de segurança que defina as características e os requisitos que devem ser atendidos pelos atos realizados em meio eletrônico, objetivando a preservação do sigilo dos dados e das informações, a integridade, e a autenticidade dos documentos produzidos e transmitidos eletronicamente.

Um primeiro modo de se regulamentar a validade dos atos processuais em meio eletrônico é a definição, através da norma jurídica, de uma determinada e específica tecnologia a ser empregada. Por este modelo, apenas se reconheceria validade jurídica a uma declaração em meio eletrônico em caso de utilização de

determinada técnica previamente definida pela lei. Este modelo teria o inconveniente de congelar o direito em relação a determinada tecnologia, impossibilitando a assimilação dos avanços tecnológicos.

Outro modelo para a normatização dos atos processuais em meio eletrônico seria aquele que estabelece conceitos jurídicos indeterminados, sem qualquer referência à técnica a ser utilizada. O inconveniente desta forma de regulamentação é a necessidade de se verificar, constantemente, se os padrões legais indeterminados estariam sendo atendidos concretamente, suscitando invariavelmente dúvidas quanto à aplicação da norma.

Pode-se também vislumbrar uma forma de regulamentação intermediária, que definiria determinados requisitos mínimos de segurança a serem atendidos para a realização de atos processuais realizados por meio eletrônico, de modo a definir a necessidade, por exemplo, de uma tecnologia que possibilite a perfeita identificação do autor de uma declaração por meio eletrônico ou de estruturas que garantam o padrão de segurança adotado, sem previamente defini-la (25).

O tema da regulamentação da validade de atos processuais em meio eletrônico foi profundamente debatido durante o ano de 2002, em razão das diferentes visões sobre o tema, e evidenciam de forma clara dois destes modelos de normatização expostos.

O debate foi travado entre a AJUFE (Associação dos Juízes Federais) e a OAB (Organização dos Advogados do Brasil), em função de um projeto de lei, em tramitação na Câmara dos Deputados, que disciplina a informatização do processo judicial (26), e que atribui *status* legal a algumas iniciativas que já vêm sendo implementadas pelos tribunais, como a intimação do advogado pelo sistema *push*, e o peticionamento eletrônico mediante prévio credenciamento do advogado, mas que não prevê parâmetros de segurança a serem atendidos, podendo ser considerada uma proposta com conceitos jurídicos abertos. A OAB manifestou-se contra o projeto, sugerindo a adoção expressa do sistema de *assinatura digital*, através do conceito de criptografia de chaves públicas.

Tais posicionamentos seguem modelos distintos. É fato que sistemas de credenciamento já estão em funcionamento em vários Tribunais, e não se tem notícias de quebra de segurança. Mas também é fato que apenas a *assinatura digital* pode garantir a autenticidade e integridade das declarações em meio eletrônico. Com a tecnologia atual, isto é conseguido pelo sistema de criptografia assimétrica.

Entretanto, se o conceito de *assinatura digital* é aceito cientificamente como único passível de substituir a assinatura física (27), isto não significa que a lei deva mencionar expressamente a criptografia por chaves públicas, pois tal tecnologia poderá ser suplantada por um sistema mais eficiente no futuro, como, por exemplo, a criptografia quântica (28).

Assim, defendemos que o modelo legal a ser adotado para a validade jurídica de atos praticados

eletronicamente, deva ser aquele que defina requisitos mínimos de segurança a serem atendidos para a realização de atos jurídicos em meio eletrônico, garantindo a autenticidade e a integridade das declarações realizadas, sem vincular-se de forma específica e restritiva a qualquer técnica existente.

2.4. O Direito da Informação no processo: vantagens e dificuldades do processo eletrônico

A alternativa para se agilizar a prestação jurisdicional através da *informatização* de todo o aparato processual, desde o ajuizamento da petição à satisfação da pretensão, afigura-se plenamente viável, devendo ser analisadas suas vantagens, bem como as novas dificuldades que advirão com a adoção do processo eletrônico.

A tecnologia da informação, aplicada ao campo jurídico, pode gerar uma transformação processual de grande impacto, e sua utilização adequada pode conduzir a uma prestação jurisdicional mais célere, eficaz, segura, e econômica, dotando o processo de maior velocidade, e oferecendo um caminho seguro para atingir a finalidade da democratização e da modernização do processo.

De fato, as *novas formas de realização de atos processuais* através da utilização da tecnologia de informação, abstraído-se a problemática da autorização legislativa, possuem campo ilimitado de desenvolvimento.

É erro imaginar que tais possibilidades de utilização tecnológica estão situadas em um futuro incerto e distante. Tal tecnologia está disponível atualmente, e muitos destes atos processuais, ainda que de forma empírica e sem uniformidade, já estão sendo realizados por alguns órgãos judiciários, como é o caso dos Juizados Especiais Federais das cidades de São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto e Brasília, que adotam uma espécie de processo virtual (embora com nível de segurança ainda baixo, pois não incluíram em seus sistemas o conceito de *assinatura digital*), assim como no Fórum Federal de Execuções Fiscais em São Paulo, que desenvolve projeto pioneiro de implantação do processo eletrônico, com características mais rigorosas quanto à segurança para acesso ao sistema, que implantarão o conceito de *assinatura digital* por criptografia assimétrica, e acesso ao sistema por biometria, medidas adotadas em razão dos altos valores que compõem a dívida ativa da Fazenda Nacional em cobrança, mas que deveriam ser adotadas para todas as iniciativas de utilização de autos digitais em curso (29).

Destarte, o processo eletrônico (o *e-processo* (30)), também denominado de processo digital ou virtual, é uma realidade, cuja introdução em nosso sistema processual está a exigir meditações doutrinárias mais aprofundadas, pois implica não apenas uma mudança de *mídia*, ou seja, do suporte da informação contida no processo, substituindo-se o suporte papel pelo suporte digital, mas implica uma transformação muito mais complexa, com a introdução de características próprias, muitas das quais vantajosas em relação ao processo convencional, mas que também suscitam algumas novas dificuldades, inexistentes no processo convencional.

De fato, a característica positiva mais evidente do processo eletrônico, que, ademais, é também característica da própria *sociedade da informação*, é a *velocidade*. Esta é uma das características do processo virtual que pode contribuir decisivamente para minorar o problema da morosidade processual.

Esta maior velocidade deste novo modelo processual decorrerá, em grande parte, das novas formas de comunicação dos atos processuais, que se darão em tempo real. As citações, intimações e notificações, pelos meios convencionais, serão exceção.

A lei dos Juizados Especiais Federais (Lei n. 10.259/01) já permite que os Tribunais Regionais Federais organizem serviços de intimação das partes e de recepção de petições por meio eletrônico.

O diário oficial convencional, com o advento do processo eletrônico, será desnecessário. São inúmeros os tribunais do país que disponibilizam, na *internet*, uma espécie de “diário de justiça virtual”, em que os despachos, decisões, sentenças e acórdãos são publicados na grande rede. No Estado de São Paulo, a imprensa oficial já lançou o diário oficial virtual (*e-diáriooficial*), cujas informações são digitalmente certificadas, o que implica validade de documentos originais.

Com o processo eletrônico, a comunicação entre os órgãos judiciais, que se dá por intermédio de documentos materializados fisicamente (cartas de ordem, precatórias, ofícios), será realizada, com grande vantagem, por documentos digitais transmitidos por sistema informatizado corporativo (*intranet*), ou por correio eletrônico, sempre com a garantia da *assinatura digital*.

Outro traço característico positivo do novo modelo de processo é a *automação* que poderá proporcionar, uma vez que muitas rotinas cartorárias poderão ser substituídas, com vantagens, por sistemas inteligentes, capazes de dar impulso processual, elaborar documentos necessários (ofícios ou mandados), certificar decurso de prazos, entre outras atividades, de modo automático. Muitos atos processuais que não envolvem conteúdo decisório, mas são de mero impulso processual, podem deixar de ser praticados pelos juízes ou pelos servidores, para serem praticados por computadores.

Até mesmo decisões judiciais padronizadas poderão ser sugeridas por *softwares*, de acordo com a manifestação das partes e o estágio processual. Deve-se, entretanto, evitar a todo custo a substituição da motivação judicial por uma simples aparência de motivação, risco sempre existente na elaboração informatizada de atos escritos (31).

Característica também extremamente positiva do processo eletrônico é a *digitalização dos autos*, conceito que já é adotado, de forma pioneira, pelos Juizados Especiais Federais. O suporte material dos autos, “em papel”, pode ser substituído pelos autos digitais, com grande vantagem no que se refere ao manuseio, consulta, armazenamento e economia de recursos.

Outra característica positiva do processo eletrônico é a *diminuição do contato pessoal*, que se manifesta através da gama de serviços que podem ser oferecidos

on-line, e da possibilidade de manifestação nos autos sem a necessidade da presença física do advogado no foro. Esta diminuição da necessidade de contato pessoal propicia economia, segurança e comodidade na manifestação das partes e na realização de atos processuais.

A diminuição do contato pessoal também se manifesta através da utilização da vídeo-conferência para realização de audiências, que já são realizadas, no Brasil, desde 1996 (32). A vantagem desta sistemática, especialmente no âmbito criminal, salta aos olhos, pois, através da vídeo-conferência, os réus presos podem ser ouvidos e vistos pelo juiz de onde estiverem, sem a necessidade de dispendiosos deslocamentos ao foro, e de riscos de fuga ou resgate de presos. O juiz permanece na sede do Juízo, interrogando o réu preso, que pode estar em qualquer local do território nacional, através da tela do microcomputador.

Embora a utilização da vídeo-conferência seja alvo de algumas críticas de entidades como a OAB (Organização dos Advogados do Brasil) e a AASP (Associação de Advogados de São Paulo), o fato é que a realização de interrogatórios através de vídeo-conferência atende a todos os requisitos legais com rapidez, segurança e economia, e tem sido aceita pela jurisprudência. (STJ, RHC 6.272/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Félix Fischer, j. 03/04/97).

O processo eletrônico representa, assim, uma mudança de paradigma, tornando tangível o desejo pela efetividade processual. A velocidade, a publicidade, a automaticidade atingirão níveis inéditos. O contato pessoal entre advogados, servidores, partes, testemunhas, peritos e juízes tornar-se-á praticamente inexistente.

Embora tais características do processo eletrônico resultem em grande efetividade jurisdicional, ao lado das inúmeras vantagens proporcionadas pelo processo eletrônico, também há novas e sérias dificuldades, que precisam ser enfrentadas, para a viabilização desta alternativa tecnológica.

De início, deve-se ter em mente que o processo virtual trará uma ampliação dos poderes do juiz (33). De fato, se o juiz, hoje, pode *autorizar* a busca e a constrição de bens de devedores, o bloqueio de contas bancárias, entre outras medidas constritivas, com a utilização da tecnologia da informação, essas atividades poderão ser realizadas *diretamente* pelo juiz, sem quaisquer intermediários.

Esta ampliação de poderes já é um fato. A Justiça Federal, através do Conselho de Justiça Federal, firmou convênio com o Banco Central, o *Bacen Jud*, que é um sistema de solicitação de informações via *internet*, que possibilita ao juiz enviar ordens judiciais ao Sistema Financeiro Nacional. Com isso, as quebras de sigilo bancário e os bloqueios de contas correntes de pessoas físicas e jurídicas poderão ser efetivados pelo computador pessoal do Juiz, com extrema facilidade.

Ao lado desta ampliação qualitativa de poderes, há possibilidade de uma ampliação territorial de poderes. De fato, como o ambiente virtual não possui fronteiras, haverá necessidade da redefinição do conceito de

competência. A regra do CPC, que estabelece que os atos processuais realizam-se de ordinário na sede do juízo (art. 176), terá que ser revista, pois existirá a possibilidade de inúmeros atos processuais serem realizados à distância, em diversas jurisdições e competências. As regras de competência territorial e internacional terão necessariamente que ser atualizadas. Muitos problemas surgirão com essa redefinição do conceito espacial de jurisdição, uma vez que o espaço físico ainda é um dos principais parâmetros utilizados para a definição de competência.

Outro problema decorrente da aplicação das tecnologias de informação ao processo é a questão do acesso à tecnologia. Os “desconectados” (34) são uma das consequências da *sociedade da informação*, que se reflete no âmbito processual. Embora tenha ocorrido uma redução de preços dos computadores, facilitando a aquisição de equipamentos de informática, tal redução ainda não foi capaz de permitir o acesso às novas tecnologias por parte de parcelas expressivas da população, em especial nos países em desenvolvimento (35).

Os “desconectados” do processo eletrônico, caso não sejam previstos mecanismos de inserção virtual, potencializarão suas dificuldades de acesso à justiça, pois terão dificuldades para o ajuizamento de ações, para obter informações jurídicas, etc., podendo resultar em um quadro de agravamento da distância já existente entre os cidadãos e o Poder Judiciário.

Para evitar esta dificuldade presente no processo eletrônico, são fundamentais ações que promovam o acesso universal à infra-estrutura e aos serviços de informação, para que o processo eletrônico possa cumprir seus escopos sociais.

3. CONCLUSÃO

A adoção da tecnologia digital na prestação jurisdicional, embora seja uma realidade fática, tem se desenvolvido de forma empírica, sem uniformidade, à margem da regulamentação jurídica. A legislação, portanto, não está ainda devidamente municiada para lidar com este novo modelo de prestação jurisdicional, especialmente no que se refere à definição dos requisitos necessários para a atribuição de validade jurídica aos atos praticados eletronicamente.

Assim, defendemos que o modelo legislativo que venha a ser adotado não deverá conter conceitos jurídicos indeterminados, pois tal modelo geraria dúvidas de aplicação e de interpretação; mas deverá definir requisitos mínimos de segurança a serem atendidos para realização dos atos processuais em meio eletrônico, garantindo a autenticidade e a integridade das declarações realizadas, sem, contudo, estabelecer uma tecnologia específica, que, neste caso, impediria a introdução de avanços tecnológicos.

Esta regulamentação legislativa, entretanto, diverge em profundidade e em alcance das modificações legislativas no estatuto processual civil que têm sido propostas e implementadas a partir da visão da comissão revisora presidida pelo Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, pois não tem por objetivo *modernizar* o CPC,

mas sim *criar* o arcabouço de validade de um novo modelo de processo: o processo eletrônico.

Neste sentido, entendemos de forma contrária àqueles que visualizam a possibilidade da simples substituição de uma *mídia* pela outra, ao sabor da tecnologia mais atual – mais eficiente, segura e econômica – dispensando a necessidade de lei autorizadora (36), pois além da definição do modelo legal de validade jurídica dos atos praticados em meio eletrônico, há a premente necessidade de se *uniformizar* e *organizar* a utilização dos meios eletrônicos como suporte dos autos judiciais, além de *adequar* dispositivos legais que estão intimamente ligados à realidade dos autos convencionais (arts. 167; 168; 169; 172 a 176; 196; 1063, entre outros, do CPC).

As vantagens da aplicação da tecnologia da informação ao processo judicial, como exposto, são inúmeras, e podem contribuir de forma decisiva em prol da efetividade do processo, garantindo plenamente seus escopos, não apenas jurídicos, mas também sociais e políticos, em especial o escopo de pacificação social, o mais elevado objetivo das atividades jurídicas do Estado (37).

Notas de Rodapé:

1) Luis Fernando Martins Castro, *Proteção de dados pessoais – panorama internacional e brasileira*, Revista CEJ n. 19, p. 41.

2) Jeremy Rifkin, *A Era do Acesso*, passim.

3) Jorge Werthein, *A sociedade de informação e seus desafios*, Revista da Ciência da Informática, v. 29, p. 75.

4) Yoneji Masuda, *Computopia in the information technology revolution*, passim.

5) Henrique Flávio Rodrigues da Silveira, *Um estudo do poder na sociedade de informação*, Revista da Ciência da Informática, v. 29, p.84.

6) Fernando Leal, *Ethics is fragile: goodness is no*, in *Information society*. London: Springer, 1996, p. 85.

7) Mario Antonio Lobato de Paiva, *A ciência do direito informático*, disponível em <http://www.legiscenter.com.br/legisvoice/materias/materias_colab.cfm?ident_voice=92>, (18/08/03)

8) Em tradução literal: “teia de âmbito mundial”. É o ambiente gráfico da Internet.

9) Mario Antonio Lobato de Paiva, *Direito Informático*, disponível em:

<http://www.legiscenter.com.br/legisvoice/materias/materias_colab.cfm?ident_voice=126> (05/08/03)

10) Cândido Rangel Dinamarco, *A instrumentalidade do processo*, p. 301.

11) Cf. Bryan Garth, *Delay and settlement in civil litigation: notes toward a comparative and sociological perspective in Studi in onore di Vittorio Denti*; e também Yves Strickler, *Les lenteurs de la justice civile – le procès in Annales de l’Université des sciences sociales de Toulouse*.

12) Rui Barbosa já condenava os males da justiça tardia para os bacharéis diplomados pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1920, texto publicado na obra *Orações aos Moços*: “Justiça atrasada não é justiça,

senão injustiça qualificada e manifesta. Porque a dilação ilegal nas mãos do julgador contraria o direito das partes, e, assim, as lesa no patrimônio, honra e liberdade. Os juízes tardinhos são culpados, que a lassidão comum vai tolerando. Mas sua culpa tresdobra com a terrível agravante de que o lesado não tem meio de reagir contra o delinqüente poderoso, em cujas mãos faz a sorte do litígio pendente”.

13) José Ignácio Botelho de Mesquita, *As novas tendências do direito processual: uma contribuição para seu reexame*, Revista Forense, v. 361, maio/junho 2002, pp. 65/66.

14) *O processo civil no limiar de um novo século*, Revista dos Tribunais, v. 89, n. 781, p. 54.

15) Flávio Ernesto Rodrigues Silva e Leonardo Dias Borges, *Informática a serviço do processo*. Disponível no sítio:

<<http://65jcrjrio.digiweb.com.br/INFORMATICA%20SERVICO%20DO%20PROCESSO.htm>> (06/08/03)

16) Cf. Kazuo Watanabe, a cognição sumária, ou superficial, “traduz a idéia de limitação no plano vertical, no sentido da profundidade da análise” in *Da Cognição no processo civil*, p. 121.

17) Sobre a paz social como escopo fundamental da função jurisdicional vide Cândido Rangel Dinamarco, *A instrumentalidade do processo*, pp. 159/162.

18) *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, vol. 2, p. 388.

19) Dicionário eletrônico Houaiss (CD ROM).

20) Augusto Tavares Rosa Marcacini, *Direito e informática*, p. 8.

21) A técnica foi explicitada através de artigo científico “New directions in cryptography” publicado por Whitfield Diffie e Martin Hellman, da Universidade de Stanford, no ano de 1976, mas apenas foi popularizada a partir da década de noventa do século passado, com a gratuita distribuição, pela Internet, do programa *Pretty Good Privacy*.

22) Raimondo Zagami, *Firme Digitali, Crittografia e Validità del Documento Elettronico*, passim.

23) Augusto Tavares Rosa Marcacini, *Direito e Informática*, p. 51/52 e 92/93.

24) Manuel Ortells Ramos, *Nuevas tecnologías y proceso jurisdiccional en el ámbito iberoamericano*, Rev. Proc., v. 110, pp. 263/264.

25) Manuel Ortells Raos, *Nuevas tecnologías y proceso jurisdiccional en el ámbito iberoamericano*, Rev. Proc., v. 110, pp. 278/280.

26) Projeto de Lei n. 5.828/01, proposto pela AJUFE através da Deputada Federal Luiza Erundina

27) Augusto Tavares Rosa Marcacini, *Duas óticas acerca da informatização dos processos judiciais*. Disponível em:

<<http://www.augustomarcacini.cjb.net/textos/duasoticas.html>> (18/08/03)

28) George Marmelstein de Lima, *E-processo, uma verdadeira revolução procedimental*, Disponível em <<http://www.georgemlima.hpg.ig.com.br/artigos.htm>> (03/08/03)

29) Para implementar o novo modelo tecnológico, denominado de Execução Fiscal Virtual (EFV), o TRF da 3ª Região contratou um consórcio de empresas líderes de mercado, capacitado para atuar como integrador, e que oferece soluções de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED), *workflow*, armazenamento, e segurança, que utilizará tecnologia de certificação digital com o conceito de criptografia assimétrica, *smart card* para assinatura digital de documentos e conectividade através de biometria. (cf. Relatório de Redimensionamento do Consórcio do EFV do TRF da 3ª Região, de 23/05/03 e Relatório de Visão do Protótipo)

30) Denominação utilizada por George Marmelstein Lima no artigo *E-processo, uma verdadeira revolução procedimental*. Disponível em:

<<http://www.georgemlima.hpg.ig.com.br/artigos.htm>> (03/07/03)

31) Manuel Ortells Ramos, *op. cit.*, p. 262.

32) George Marmelstein de Lima, *E-processo, uma verdadeira revolução procedimental*. Disponível em <<http://www.georgemlima.hpg.ig.com.br/artigos.htm>> (03/07/03)

33) George Marmelstein de Lima, *E-processo, uma verdadeira revolução procedimental*. Disponível em <<http://www.georgemlima.hpg.ig.com.br/artigos.htm>> (03/07/03)

34) “desenganchados”, nas palavras de Manuel Ortells Ramos, *Nuevas tecnologías y proceso jurisdiccional en el ámbito iberoamericano*, Revista de Processo, v. 119, p. 259.

35) Jorge Wertheim, *op. cit.*, p. 76.

36) Luiz Carlos Cancellier Olivo, *A recepção da Lei n. 9.800/99 e o Judiciário na era digital in Novas fronteiras do Direito na era digital* (obra coletiva), p. 277.

37) *A instrumentalidade do processo*, p. 223.

(*) Juiz Federal Titular da 5ª Vara de Campinas. Especialista em Direito Público pela PUC/SP. Mestre e Doutor em Direito Processual pela USP.